

A QUESTÃO DISTRIBUTIVA: INVESTIMENTO E PRODUÇÃO DE BENS DE SALÁRIO.

Norma Cristina Brasil Casseb¹

INTRODUÇÃO

A temática da distribuição de renda e sua interrelação com a acumulação de capital tem atraído o interesse de vários estudiosos da economia brasileira, motivados, talvez, pelas tantas particularidades com que nossa economia se distingue das chamadas economias desenvolvidas quando aqui, se destacam as enormes disparidades sociais. Exemplo disso são os trabalhos desenvolvidos por dois notáveis analistas da realidade brasileira, Furtado(1964) e Rangel (1963). Para o primeiro, as fortes transferências de renda da agricultura para a indústria e dos salários para os lucros, foram condição necessária para evitar o lento crescimento da economia. Apontava ainda que o rápido processo de substituição de importação gerava, em contrapartida, a necessidade da busca de financiamento do investimento global tanto através da poupança forçada e do mecanismo de confisco cambial, como através do próprio endividamento externo. Para Rangel a concentração de renda é um subproduto da forma como a economia brasileira vinha se desenvolvendo, e era resultado da rápida modernização do campo o que originava um excesso estrutural de oferta de mão de obra nos centros urbanos industriais, garantindo baixos salários e permitindo que menor parcela da renda se destinasse a compor a demanda global de bens e serviços e a maior parcela orientada a favorecer investimentos.

Desta forma a questão distributiva, longe de apresentar melhoras significativas, me inquieta e tem me estimulado a prosseguir na investigação da dificuldade que a economia brasileira revela ao longo de sua história, de promover crescimento de salário real no tempo de forma a propiciar um perfil distributivo menos concentrado, sem criar, com isto, constrangimentos a acumulação de capital. O interesse de entender tal limitação já estava presente em minha dissertação de mestrado, Casseb (1984), quando estudei o custo de reprodução da força de trabalho e verifiquei que, ao contrário dos países desenvolvidos, o Brasil apresentava dificuldades de redução significativa neste custo, sobretudo, por não ter ganhos de produtividade suficientes na produção de bens de consumo de massa.

ASPECTOS TEÓRICOS/METOLÓGICOS

Trabalhei aqui, com a concepção de que a distribuição é determinada, primeiramente, pela estrutura da produção social e só secundariamente, pelas condições que dizem respeito ao mercado de trabalho. Esta concepção talvez seja um dos maiores legados de Marx para a Economia Política. É importante salientar que enfoco a distribuição de renda pela disponibilidade de bens de salário (oferta) e o alcance do nível de emprego na economia. Acho desnecessário desde já, fazer a ressalva de que, mesmo na hipótese de que a distribuição de renda melhore em razão do aumento da disponibilidade de bens de consumo dos trabalhadores - os bens de salário - , isto de modo algum implica numa redução da taxa de exploração ou da taxa de mais valia, pois, sabe-se que a extorsão de mais valia relativa quando preponderante na economia, pode ao mesmo tempo fazer aumentar a taxa de exploração e propiciar um conjunto mais adequado de bens de salário ao trabalhador, exatamente pela redução do valor (preço) desses bens.

Do ponto de vista metodológico faz-se importante ressaltar, desde já, que não trabalharemos com o critério de distribuição da renda pessoal e sim com a distribuição funcional da renda.

¹ Professora Assistente-Doutor do Departamento de Economia da FEA - PUC/SP.

Utilizo o enfoque teórico/metodológico apresentado e discutido em minha tese de doutorado² apoiando-se em autores que trabalham numa abordagem pós-keynesiana. Ali, parti do modelo básico de Kregel, de economia fechada sem governo, o qual ampliamos analiticamente, para se explicitar a determinação do salário real e do markup do setor de bens de consumo. A questão central que deve ser aqui ressaltada é que o salário real depende da disponibilidade física de bens de salário e o markup, supondo constante a produtividade depende da alocação de mão de obra nos referidos setores, isto é, do grau de utilização da capacidade produtiva em ambos os setores e, em decorrência, da oferta de bens de salário.

Para a incorporação do setor governo utilizamos o modelo de Minsky, fazendo pequenas adaptações no sentido de reforçar a concepção de que o governo toma decisões alocando investimento e pagando salário direto. O déficit do governo traz importantes implicações distributivas: se gera déficit gastando em bens de investimentos faz aumentar a taxa de acumulação do sistema, se o faz pagando salário, sem que se aumente a oferta de bens de salário, promove uma demanda monetária sobre a oferta física de bens provocando aumento de preços e queda no salário real.

A incorporação do setor externo teve como base Kregel que elaborou uma brilhante análise sobre as implicações distributivas da composição do comércio internacional, assumindo, entretanto, a balança comercial em equilíbrio. Esta hipótese é, evidentemente, inadequada para o Brasil. Como o referido autor não explicita, um modelo formal de uma economia aberta, tivemos que agregar a forma analítica para o setor. Isto nos exigiu a tarefa, nada fácil, de compatibilizar a hipótese de fixação de markup pelos setores produtivos internos com o fato de que a economia brasileira trasaciona bens competitivos no mercado internacional sendo portanto tomadora de preço e não formadora de preço. Neste aspecto encontramos apoio, para uma análise consistente, no trabalho de Bleker, que utiliza a hipótese de divergências de markup efetivo e desejado. Tal diferença depende da relação entre os preços relativos dos bens produzidos interna e externamente e do grau de abertura da economia. Isto significa que quanto maior o grau de abertura externa mais fica enfraquecido o poder de fixação de markups dos empresários internamente.

Por fim é importante salientar que propus um modelo de análise cujo objetivo não era o de ser estimado e testado com relação ao comportamento das variáveis reais, e sim obter um esquema analítico para organizar a análise. Desta maneira, trabalhei com uma economia de dois setores, o setor produtor de bens de consumo/salário e o setor de bens de capital, onde a composição do produto social global resulta do fluxo de investimento líquido, da alocação de emprego e da produtividade entre os referidos setores.

Desta forma, a âncora fundamental deste trabalho, centra-se na ideia de que a melhora na distribuição de renda depende, principalmente, da disponibilidade de bens de consumo popular, os chamados bens de salário, o que desloca o centro da questão distributiva da esfera individual para a esfera da produção social.

É importante esclarecer que os dados empíricos, relativos a salário, emprego e produção abrangeram o setor industrial. Tal procedimento se deveu a verificação do grande peso deste setor na estrutura de bens de consumo em geral e bens de salário em particular, na economia brasileira.

Para atender a proposição acima fez-se necessário proceder a um criterioso levantamento e análise de dados que cobriu o período de 1970 a 1993, da Composição da Demanda Agregada, das Contas do Governo e do Setor Externo. Organizamos ainda, para o mesmo período a apresentação de um conjunto de variáveis quais sejam: Salário

² O enfoque teórico/metodológico apoiou-se nos autores, que trabalham numa abordagem pós-keynesiana, como: - Kregel, (1973); Minsky, (1986) e em Bleker, (1989).

Real, Massa de Salário, Emprego, Valor da produção e indicador de Produtividade sendo estas três últimas variáveis desagregadas para o setor de bens de consumo e setor de bens de capital.

As fontes dos dados tiveram por base as Contas Nacionais, os Indicadores de Emprego, Salário e Valor da Produção, ambos publicadas pela FIBGE, dados da Conjuntura Econômica, da Séries Estatísticas publicadas pelo Boletim do Banco Central do Brasil e dados sobre Comércio Exterior publicados pela Cacex do Banco do Brasil. Por fim, desejo ressaltar aqui as principais conclusões que obtive em minha tese de doutoramento apresentada na FEA/USP, Casseb (1995).

CONCLUSÃO

Este trabalho foi embasado na análise da economia com dois setores, o de bens de consumo e o de bens de capital, na certeza de que as relações e o comportamento desses dois setores permitem que se delineie a forma de crescer da economia, pois cremos que a composição da riqueza por esses dois setores de produção atua fortemente na determinação do perfil de distribuição funcional da renda.

As interrelações e comportamento desses setores são fortemente afetadas pelas suas condições de oferta a qual, por sua vez, é afetada, direta ou indiretamente, pelos níveis dos investimentos, pelas condições do mercado internacional (seja em termos do comércio, seja pela existência ou não da barreira externa) e, também é afetada, pela composição do déficit público operacional. Deste modo, qualquer redução ou ampliação da oferta desses bens no mercado interno provocam impactos distributivos importantes, e condicionam o comportamento tanto do salário real como da massa de salário real, os quais, definem a porção do produto ou da renda nacional que fica alienada ao conjunto dos trabalhadores.

O estudo foi conduzido, observando a economia brasileira, de 1970 a 1993, através das indicações do modelo proposto em minha tese de doutoramento, que permitiu alcançar algumas constatações sobre o comportamento de variáveis macroeconômicas que guardam interrelação entre si, produzindo efeitos importantes na economia, especialmente na disponibilidade de bens de salário e, consequentemente, na distribuição de renda. Vamos, portanto, revisitar os principais pontos resultantes desse trabalho.

A economia brasileira delineou, pelo menos, dois comportamentos distintos no período estudado: - O crescimento verificado na década de setenta, tanto na produção de bens de consumo como na de bens de capital e, - a década de oitenta, marcada por recessão e inflação ao ponto de ser denominada década "perdida". No entanto, os elementos propulsores da energia expansionista, que na década de setenta se concentraram, em grande parte, nos financiamentos externos, já continham os elementos do esvanecimento que se verificou no período seguinte quando se estabelece a barreira externa, - a barreira do balanço de pagamentos.

Os resultados para a década de setenta apontam crescimento da produção de bens de consumo/salário, aumentando inclusive, a disponibilidade desses bens por trabalhador, permitindo, assim, elevação do salário real. Tais resultados podem ser observados nos gráficos I, II e IV em anexo.

O investimento cresceu de forma considerável produzindo aumentos significativos no nível geral de emprego do setor industrial (gráfico III em anexo), tanto de bens de consumo como de bens de capital e a produtividade por trabalhador também se elevou em ambos os setores (gráfico IV em anexo). Até 1980, embora pequena a diferença na produtividade/trabalhador, esta favorecia o setor de bens de consumo, invertendo-se esta posição a partir de 1981, cuja diferença, além de favorecer o setor de bens de capital, cresce de maneira expressiva. Isto permite supor que na primeira metade da década de setenta, a distribuição da acumulação, entre os dois setores, foi razoavelmente equilibrada, propiciando desempenho equivalente de ambos, até o final da referida década.

Na década de setenta, conforme pudemos verificar³, tanto o crescimento do volume de emprego do governo como as transferências governamentais produziram incrementos na renda de salário, que por sua vez, pressionam a demanda de bens de consumo, a qual, neste período, respondeu com aumento na oferta. De fato, foi constatado crescimento nas quantidades produzidas no período (gráfico II em anexo). Tal resultado, propiciou crescimento na receita tributária bruta do governo o qual, aliado ao comportamento consistente nos níveis das despesas do governo com transferências, consumo e investimento, ocasionou superávits operacionais nas contas do públicas, ao longo desses anos.

Já no caso do balanço de transações correntes, o que se verificou foi déficit por todo o período. O nível do déficit, de pequena monta no início dos anos setenta, assumiu a partir de 1974 grandes magnitudes. Tais déficits, originados na balança comercial, especialmente, na conta do petróleo, foi também oriundo de importações de outras matérias primas, bens intermediários e de investimentos, associados ao elevado nível dos investimentos internos.

Evidentemente, que esses déficits na balança de transações correntes só foram viáveis, devido aos saldos positivos na conta de capital que se produzia via empréstimos externos. Portanto, na década de setenta, o financiamento externo, que alimentou o déficit na balança de transações, foi uma grande alavanca para o crescimento do setor industrial.

O final dos anos setenta, com o advento da segunda crise do petróleo, coloca a economia brasileira em rota de profundas turbulências. A explosão dos juros internacionais põem em cheque as bases do financiamento externo, fartamente utilizado na segunda metade da década de setenta. Além disso, o mercado internacional se torna cada vez mais inacessível ao Brasil, sendo esta a questão estrutural básica que, perdurando por toda a década de oitenta e início da de noventa, se constitui numa forte barreira, a própria barreira externa ao crescimento.

A crise explicita a debilidade do modelo. Como escreve com muita propriedade Goldenstein (1994), : "sem uma base de acumulação própria suficiente para manter este esquema - via arrecadação fiscal ou geração de lucros de suas empresas - o Estado recorre ao financiamento externo por meio do qual cria a 'força' que não possui. É assim que, no momento de farta liquidez internacional, o Estado brasileiro, aprofundando os laços de dependência, aparece como o todo-poderoso que distribui recursos para todos os setores capitalistas. Sua verdadeira fragilidade só vem à tona nos momentos de restrição de liquidez internacional, quando se aprofunda a disputa interna por recursos e ele se revela incapaz de arbitrar ganhadores e perdedores, mantendo as transferências de recursos, os quais não possui, às custas do comprometimento da acumulação de longo prazo"(p.67).

Quando dissemos que a década de setenta já continha o elemento que formalmente iria detonar a crise dos anos oitenta é porque tal elemento havia dado sinais, a partir da segunda metade dos anos setenta. É interessante revisitar o início da década de setenta (1970/1973) que se destaca num aspecto importante dos demais anos isto é, apresenta um reduzidíssimo déficit no balanço de transações correntes. E mais, os empréstimos externos eram tomados, preponderantemente, pelo setor privado invertendo-se essa posição, a partir de 1974, com a redução do endividamento externo do setor privado, o qual passa a se ajustar num cenário de crise - a primeira crise do petróleo-, enquanto o Estado passa a aumentar o seu endividamento, por estratégias do

³ Todos os Dados Empíricos e os Quadros que sistematizam as interrelações entre as variáveis que envolvem a Demanda Agregada, o Setor Externo, o Setor Governo e a Disponibilidade de Bens de Salário, que serviram de base para esta análise, foram retirados de Casseb (1995).

II PND. É sabido que a expansão do déficit em transações correntes, a que nos referimos e constatamos, está associada aos crescentes empréstimos internacionais. O processo de estatização da dívida externa torna a economia brasileira mais vulnerável ainda, às variáveis internacionais.

No início dos anos oitenta, em função de objetivos internos, o Banco Central americano praticou uma política monetária que produziu juros domésticos elevadíssimos. Dada a importância da economia norte-americana no cenário mundial, capitais do resto do mundo se voltaram para os EUA, ficando os demais países obrigados a, também, elevar suas taxas de juros, buscando minimizar fugas de capital.

Para honrar seus compromissos externos, o Brasil, foi obrigado então, a gerar vultosos superávits comerciais. O superávit externo era produzido pelas exportações do setor privado, mas os referidos compromissos, teriam que ser honrados pelo setor público. Criou-se, assim, um novo problema de finanças públicas: o da compra de divisas.

Com suas tarifas comprimidas, as estatais produziram externalidades ao setor privado gerando assim condições de obtenção do superávit comercial. Sem capacidade política para fazer uma reforma tributária, com metas de controle da inflação, controlando a emissão de moeda, o governo viu-se obrigado a recorrer ao endividamento interno para comprar aquelas divisas.

Essa transmutação do endividamento externo para interno se avoluma e se cristaliza na década de oitenta, inviabilizando o Estado em sua capacidade para promover um verdadeiro programa de desenvolvimento. Isto é tão marcante que Schwartzman (1990), com um esquema teórico diferente do nosso, chegou a atribuir, ao mecanismo de financiamento do II PND, a responsabilidade pela década "perdida" por se constituir num processo de estatização da dívida externa.

De fato, o período de 1980 a 1993 apresentou situações muito diferentes daquelas verificadas na década anterior. Os níveis de investimento apresentaram quedas significativas e, conseqüentemente, o volume de emprego experimentou também declínio. Faz-se necessário ressaltar, pela expressão e importância do indicador, que em 1993 o nível de emprego no setor industrial correspondia ao mesmo nível verificado em 1975, conforme pode ser constatado no gráfico III em anexo.

No início dos anos oitenta, com a explicitação do limite da barreira externa a crise se materializa. Dentro das "regras do jogo" torna-se claro que o balanço de transações correntes demandava esforços urgentes para inverter a situação de déficit até então estimulada. Agora era necessário se obter, não apenas saldos positivos na balança comercial, mas verdadeiros megas superávits. Isto pôs em marcha um grande esforço exportador e paralelamente, aumento nas restrições das importações. Verifico que neste período, os investimentos do II PND permitiram ao setor de bens de capital apresentar crescentes superávits comerciais com o exterior, invertendo radicalmente sua posição em relação a década de setenta. Este foi um aspecto que merece ser também destacado.

Zockun (1988) mostra que, em 1979, importou-se 16,3 bilhões de dólares de produtos industriais não alimentícios. Em 1983, essas importações reduziram-se para 13,7 bilhões que, a preços de 1979, significam 9,1 bilhões de dólares. Houve, portanto, entre 1979 e 1983, uma redução de 7,2 bilhões de dólares, à preços de 1979.

Um tipo de corte mostra que 62,4% dessa redução ocorreu em bens intermediários, 33,2% ocorreu em bens de capital, 1,1% ocorreu em bens de consumo durável e 3,3% ocorreu em bens de consumo não durável. Outro tipo de corte mostra que 27,8% deveu-se à queda na demanda, fruto da política de contenção do crescimento, 5,1% deveu-se à alteração na composição da produção entre os setores, 12,4% deveu-se à alteração na composição da produção dentro dos setores, e 54,7% deveu-se à substituição de importações, fruto dos investimentos do II PND.

De acordo com nossas estimativas, o setor de bens de capital apresentou saldo médio positivo da ordem de 5,8 bilhões de dólares, de tal maneira que não ficou só por conta do setor de bens de consumo o peso do ajuste externo.

No entanto, a exportação líquida de bens de capital, não produziu crescimento significativo no emprego. E isto porque a produtividade, neste setor, aumentou em torno de 72% relativamente a década anterior além de ter ocorrido um deslocamento do mercado interno para o externo. De modo que, o crescimento das exportações líquidas

de bens de capital não parece ter exercido muita pressão, como era de se esperar, na oferta de bens de consumo.

Na década de oitenta, como sempre foi tradição no Brasil o setor de bens de consumo contribuiu decisivamente, com seus saldos positivos, para os grandes superávits da balança comercial. Seus saldos médios anuais, foram da ordem de 10,3 bilhões de dólares.

Chamou-nos a atenção na década de oitenta, o resultado da queda na produção de bens de consumo/salário e de crescimento nas exportações líquidas desses bens, o que implicou na redução da disponibilidade interna de bens de consumo/salário, acarretando diretamente um ajuste interno via aumento de preços no valor da produção desses bens. O emprego neste setor cai de 1980 a 1983 passando a crescer de 1984 a 1986 e a partir daí volta a exprimir uma forte tendência de declínio, situando-se em 1993 no mesmo nível de emprego de 1975. Tal resultado implicou também, em queda de salário real, queda da massa de salário e numa clara indicação de intensificação da concentração de renda. Cabia aos trabalhadores, mais uma vez, o peso maior do ajuste.

A mudança nos preços relativos, promovendo aumento nos preços dos bens de consumo/salário, explicita com muita veemência um problema estrutural do qual a economia brasileira nunca se libertou e que aponta para as graves questões de desequilíbrio dos níveis de produtividades entre os setores e, de atraso nas relações econômicas básicas ou seja, o "linkage" de produtividade (base técnica e tecnológica) entre o setor produtor de bens de salário e os demais setores da economia, questão básica para o real desenvolvimento capitalista como tantas vezes ressaltou Marx em O Capital, não tem se reproduzido, em proporção adequada, na economia brasileira.

Para o referido autor, esse processo de "linkage" é o que caracteriza o capitalismo moderno e se constitui na única forma de fazer crescer salário real, pela redução no valor da força de trabalho, sem criar por isso qualquer restrição à acumulação de capital; muito ao contrário, se devendo a este processo a possibilidade da produção de mais valia relativa para o conjunto da produção da economia.

Conforme constatamos nos nossos dados empíricos, a produção de bens de consumo/salário cai a partir de 1981, exibindo em 1993 o mesmo nível de oferta de 1976. No caso da produção de bens de capital esta apresenta forte tendência de crescimento até 1986 e, de 1987 até o final da nossa série, verificou-se reduções, chegando em 1993 com o nível de oferta levemente superior ao de 1980. É notável, portanto, a diferença no comportamento da oferta dos dois setores, na década de oitenta, especialmente de 1985 a 1989, quando as distâncias ou as desproporcionalidades entre ambos, são expressivas tanto da oferta como da produtividade, em franca desvantagem para os bens de salário.

O nível de emprego cai proporcionalmente mais no setor de bens de capital do que no setor de bens de consumo, em decorrência de ser a produtividade, também muito maior no setor de bens de capital do que no setor de bens de consumo. Esses diferenciais de produtividade devem ser resultado das decisões de investimento constantes do II PND, que privilegiava o setor de bens de capital e bens intermediários em detrimento do setor de bens de salário. O que podemos ainda inferir é que o II PND, apesar da retórica distributivista da renda, na prática, ao desconsiderar a importância do setor de bens de salário, produziu disparidades distributivas significativas, ao permitir disparidades entre as produtividades (alocação dos investimentos) entre os setores de bens de consumo e de capital. Antes do II PND, essa disparidade de produtividade ocorria entre os bens de consumo "in natura" e os bens de consumo industrializados, ver Casseb (1984) e Kadota & Soares (1987). Após o II PND, como fruto do perfil de investimentos ali implementados, a disparidade passa a ocorrer também entre os bens de consumo industrializados e bens de capital. Desta forma, do ponto de vista distributivo, o II PND parece ter caminhado para trás. De fato, as decisões de investimento, independentemente do ajuste externo, implicaram na modificação da distribuição da acumulação entre ambos os setores, gerando descompassos importantes de produtividade, acarretando mudança nos preços relativos, propiciando encarecimento dos bens de consumo/salário, e consequentemente queda de salário real. O capitalismo brasileiro nunca conseguiu, de fato, reverter essa situação de atraso e dar um salto qualitativo na sua base social de produção de maneira sustentada.

Soares (1992), chegou à mesma conclusão que chegamos. O referido autor, baseado em V. I. Lenin, estudando a relação cidade/campo, na promoção do desenvolvimento brasileiro, enfatiza que o atraso da vitória da grande produção no setor de bens de salários produz: 1) grande dificuldade para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho; 2) um teto para a taxa geral de lucro e, conseqüentemente, 3) um limite para os investimentos. A acumulação, no Brasil, por esse motivo, tem grande dificuldade para gerar, simultaneamente, melhoria distributiva com conseqüente melhoria nas condições de vida material para a grande massa de assalariados.

A produtividade do setor de bens de salário ficou estagnada de 1977 até meados da década de oitenta passando a declinar a partir de 1986. De fato, a partir da chamada Nova República, a produtividade cai significativamente no setor de bens de consumo/salário, voltando para patamares de quase vinte anos atrás (gráfico IV em anexo). Exatamente numa fase em que o governo alegava fazer política econômica compensatória do "arrocho" promovido pela ditadura militar. É difícil de se justificar tamanha a distância entre a retórica e a prática.

Junte-se a questão de queda da produtividade e da produção de bens de consumo/salário, o déficit público passa a crescer principalmente a partir de 1987 chegando em 1989 a representar 8,56% do PIB. Destaca-se como item expressivo de crescimento, o consumo do governo, e dentro deste, o gasto com salários e encargos, que em 1985 cresceu 37% e em 1989 já havia crescido 107,3% em relação a 1984. O resultado desta política, associado à redução da produção de bens de salário e a barreira externa à entrada de novos recursos, foi a significativa redução do salário real, pois com a pressão da demanda monetária alimentada pelo gasto do setor público com salários e encargos, o ajuste no valor da produção dos bens de salário não se deu via crescimento da produção (quantidade ofertada), mas sim, via elevação de preço. Evidentemente que a redução de salário real associada à queda do nível de emprego nos setores produtores de bens de salário e de bens de capital, produziu o declínio da massa de salário real, acarretando, seguramente, piora na concentração de renda.

Deve-se ainda chamar a atenção para um outro aspecto; a possível contribuição do déficit público para a redução da produtividade média da economia, inclusive do setor de bens de salário, via transferência de renda dos setores produtivos para os não produtivos; atuando no sentido de reduzir a produtividade do conjunto e com isso piorando a distribuição de renda.

Após 1990, provavelmente, em função da abertura comercial com o exterior, a produtividade do setor de bens de consumo volta a crescer mas, em 1993, ainda não tinha atingido o patamar de 1976.

A barreira externa à economia brasileira trouxe repercussões de longo alcance. As tentativas de ajuste, em geral, produziram recessão, desemprego e queda de salário real. Quando se tentou ajustar com crescimento, o resultado foi a aceleração inflacionária com intensas repercussões negativas sobre a taxa de investimento da economia, sobre o emprego, o nível do salário real e a própria distribuição de renda.

A barreira interna à economia brasileira está na dificuldade para alavancar a produtividade do setor de bens de salário, o suficiente para permitir crescimento do salário real no tempo sem criar constrangimentos ao processo de crescimento econômico. O que verificamos no quadro IV em anexo, foram indicações de que a produtividade nesse setor, estava em 1993 próxima a de 1976.

Desta forma concluímos que quando as duas barreiras atuam simultânea e fortemente, as conseqüências são dramáticas para a maioria da população assalariada. Na ausência de uma atuação firme do governo para recuperar a capacidade de investimentos da economia, tais barreiras intensificam a concentração de renda como de fato aconteceu no país. Vale então ressaltar que a questão da distribuição da renda está profundamente entrelaçada com questões de natureza estruturais, internas e externas, e macroeconômicas, tais como a que foram evidenciadas nesse estudo, especialmente aquelas que dizem respeito ao nível e alocação dos investimentos internos, a barreira do balanço de pagamentos e o nível e composição do gasto do governo.

Para o futuro, a lição que fica é a necessidade premente e urgente de crescer e mudar o perfil dos investimentos, priorizando o setor de bens de salário e seu engate com o mercado mundial, onde é imprescindível uma atuação do Estado no sentido de

aumentar a produtividade do conjunto da economia e mais especificamente do setor de bens de salário. Tais mudanças poderiam trazer repercussões importantes na posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, o que certamente contrariaria muitos interesses internos e externos. Se temos uma Nação, com capacidade para tamanho desafio, é a dúvida que fica para a autora deste trabalho.

Atualmente, com o advento do Plano Real e a consequente estabilização monetária, muito se tem afirmado sobre melhorias distributivas favorecendo os trabalhadores. No entanto, raros são os trabalhos que tentam avaliar de forma mais objetiva e menos política esses efeitos, até porque, por ser um tema bastante atual tende a provocar discussões intuitivas e de cunho mais jornalístico. Estamos propondo um estudo exatamente no sentido de verificar os impactos distributivos do Plano Real sob a ótica que estamos apresentando neste trabalho. Podemos no entanto, antecipar que formamos com aqueles analistas que manifestam grande preocupação com a queda do nível de emprego, com a baixa taxa de investimento e consequentemente com o excessivamente lento crescimento econômico do país, o que a nosso ver exige que se repense com urgência as possibilidades da retomada do desenvolvimento da estrutura produtiva do país, de forma que se retome o crescimento e simultaneamente se produza melhoria na distribuição da renda.

ANEXOS

Gráfico I
Salário real

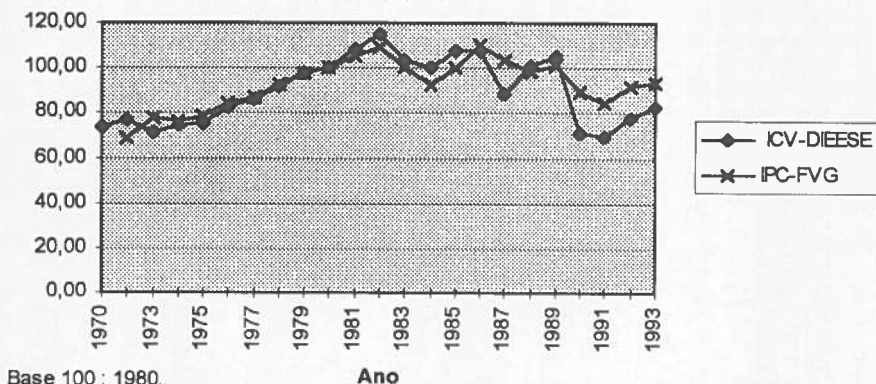


Gráfico II
Evolução da Produção Industrial

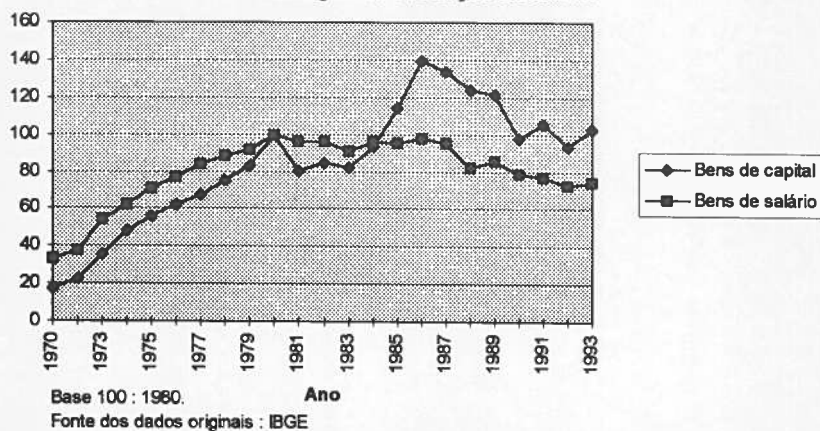
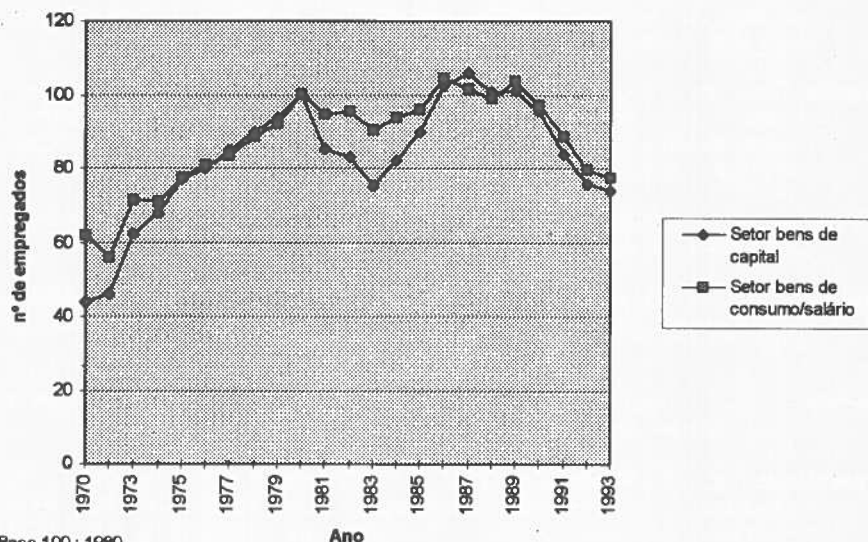


Gráfico III

Pessoal ocupado ligado à produção industrial

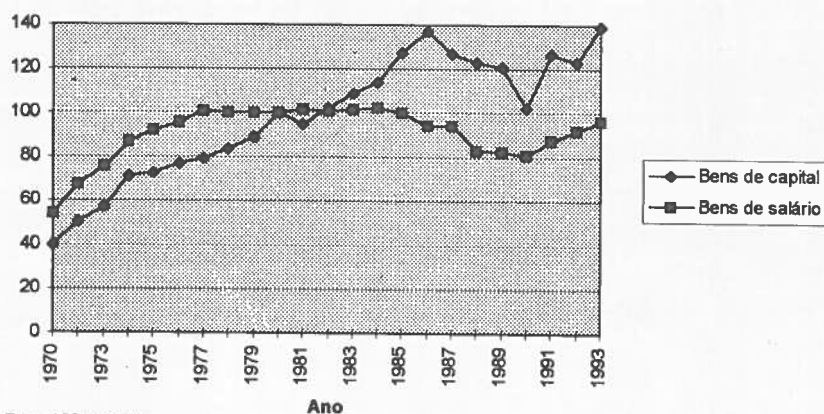


Base 100 : 1980.

Fonte dos dados originais : IBGE

Gráfico IV

Produção industrial pelo nº de empregado



Base 100 : 1980.

Fonte dos dados originais : IBGE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLEKER, R. A.** - "International Competition, Income Distribution and Economic Growth", in *Cambridge Journal of Economics*, vol. 13 (3), sept 1989.
- CASSEB, N. B.** - *As Condições de Reprodução da Força de Trabalho em São Paulo: A Questão Alimentar*, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1983.
- CASSEB, N. B.** - *Perfil dos Investimentos e Distribuição de Renda na Economia Brasileira (1970-1993)*, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia da FEA/USP, 1995.
- DAVIDSON, P & KREGEL, J.** - *Macroeconomic Problems and Policies of Income Distribution*, Aldine, 1989.
- FURTADO, C.** - "*Diagnóstico da Crise Brasileira*", in Dialética do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C.** - *Análise do Modelo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- GIAMBIAGI, F. & SOARES, J.C.G.** - "Consumo do Governo, Juros Externos e Inversão Reprimida: o Problema da Dívida Externa Revisada", in Revista de Economia Política, vol.12, nº3 (47), Centro de Economia Política São Paulo, Nobel, 1992.
- GOLDENSTEIN, L.** - *Repensando a Dependência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- KADOTA, D. K. & SOARES, P. T. P. L.** - *Financiamento Rural*, mimeo., Relatório de Pesquisa, São Paulo, FIPE/IPEA/IPLAN, 1987
- KALECKI, M.** - *Class Struggle and Distribution of National Income*, London, Cambridge University Press, 1971.
- KREGEL, J. A.** - *The Reconstruction of Political Economy*, New York-Toronto, John Wiley & Sons, 1973.
- MARX, K.** - *O Capital*, vol.1, 2ªed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- MINSKY, H.** - Stabilizing an Unstable Economy, Yale University Press, 1986.
- MOURA DA SILVA, A.** - "*Distribuição de Renda e Senso Comum*", *Ensaio Econômico*, Série IPE-Monografia, No. 10, São Paulo 1978.
- RANGEL, I.** - *A Inflação Brasileira*, Rio de Janeiro, Tempos Brasileiros, 1963.

- SCHWARTSMAN, A.** - *Auge e Declínio do Leviathan: mudança estrutural e crise na economia brasileira*, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEA/USP, 1990.
- SOARES, P.T.P.L.** - *Crise dos Anos 1960: Um Estudo dos Diagnósticos de Rangel, Singer, Simonsen e Tavares*, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1981.
- SOARES, P.T.P.L.** - *Um Estudo Sobre Lenin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil*, mimeo., Tese de Doutorado, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), 1992.
- ZOCKUN, M.H.G.P.** - "A Queda de Importações e o Ajustamento da Indústria na Recessão", in Brasil 1980- Os Desafios da Crise Econômica, Braga, C.A.P., Cacciamali, M.C., Cabral de Castro, M. & Rocca, A.C. (orgs.), São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1988.